



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário

0000185-65.2017.5.05.0038

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 01/03/2017

Valor da causa: R\$ 70.000,00

Partes:

RECLAMANTE: [REDAZIDA]

ADVOGADO: PAULO SOARES DE FREITAS

RECLAMADO: [REDAZIDA]

ADVOGADO: ANGELA KARYNE OLIVEIRA MOREIRA

ADVOGADO: SIZENANDO MEIRA MAIA FILHO

RECLAMADO: [REDAZIDA]

ADVOGADO: SIZENANDO MEIRA MAIA FILHO

PAGINA_CAPA_PROCESSO_PJETERCEIRO **INTERESSADO:** ADEILSON DOS SANTOS CONCEICAO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
38ª Vara do Trabalho de Salvador
ATOrd 0000185-65.2017.5.05.0038
RECLAMANTE: [REDACTED]

RECLAMADO: [REDACTED], [REDACTED]

DESPACHO

Vistos, etc.

Na petição de id f8ec2d3 a reclamada insurgiu-se contra o acordo celebrado em mesa de audiência no dia **09.10.2019**, conforme ata de id 530827d. Alega que o preposto Adeilson dos Santos Conceição não mais detinha poderes para falar em nome da cooperativa, tendo a conciliação sido realizada à revelia da nova administração, eleita para o mandato de 12.03.2019 a 12.03.2022. Assim, requereu a anulação do acordo, eis que celebrado por parte ilegítima.

Por outro lado, o exequente alegou, em síntese, que *“Conforme verifica-se nos autos o Sr. Adeilson dos Santos Conceição, é preposto da empresa com conhecimento dos fatos da presente Reclamação, tanto por ter sido pessoa ocupar o maior cargo da Acionada, como também ter participado de todos os demais atos processuais deste processo, como exemplo as audiências e ID’s 7abb70e e 1c21e28”*.

Em que pesem as ponderações do exequente, não lhe assiste razão. De fato, o Sr. Adeilson Conceição figurou legitimamente nos autos com preposto da demandada na fase de conhecimento. Porém, no momento da celebração do acordo na fase executória, ele não mais era o presidente da cooperativa, de sorte não detinha poderes para representar processualmente a acionada.

Veja-se que a ata de eleição de id 6ffd8d2 confirma que a partir de 12.03.2019 o novo presidente eleito foi Tarsis Herman Gomes de Almeida. A procuração de id 485fbad encontra-se firmada pelo novo representante legal da cooperativa, cujo advogado constituído peticionou nos autos requerendo a nulidade processual.

Frise-se, ademais, que o próprio Sr. Adeilson dos Santos Conceição, após se notificado para se manifestar sobre a situação, disse que *“admite o Peticionante que o acordo entabulado foi firmado a revelia da nova administração, haja vista, acreditar que por se tratar de uma ação*

Assinado eletronicamente por: TANIA MAGNANI DE ABREU BRAGA - Juntado em: 02/04/2020 08:15:56 - ec5aea8

trabalhista oriunda do período em que ocupou o cargo de presidente caberia a si decidir pela resolução da lide, e assim o fez, com o único intuito de ver solucionada a questão e não transferir pendências de sua administração para nova administração”.

Isto posto, **acolhe-se o requerimento da acionada, declarando a nulidade da conciliação consubstanciada na ata de audiência de id.530827d, retornando o processo estágio anterior.**

Notifiquem-se as partes do presente despacho.

Após, considerando que o juízo pode buscar a conciliação a qualquer tempo, determina-se a inclusão do feito na pauta de audiência para tentativa de acordo.

SALVADOR/BA, 02 de abril de 2020.

TANIA MAGNANI DE ABREU BRAGA
Juiz(a) do Trabalho Titular



Assinado eletronicamente por: TANIA MAGNANI DE ABREU BRAGA - Juntado em: 02/04/2020 08:15:56 - ec5aea8
<https://pje.trt5.jus.br/pjekz/validacao/20040117494771000000046932762?instancia=1>
Número do processo: 0000185-65.2017.5.05.0038

Número do documento: 20040117494771000000046932762